



RACISMOS

Coordenação da coleção e organização deste volume:
Dagoberto José Fonseca



RACISMOS

Copyright © 2023 by autores

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Coordenação editorial: **Carlos Tranjan / Página Viva**

Preparação: **Cely Carmo Giraldes e Mariana Marcoantonio**

Capa, projeto gráfico e diagramação: **José Rodolfo Arantes / Página Viva**

Revisão: **Andrea Souza e Janaína Marcoantonio**

Selo Negro Edições

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7ª andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.selonegro.com.br>

e-mail: selonegro@selonegro.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Sumário

Apresentação da coleção	7
Dagoberto José Fonseca	
Apresentação deste volume	11
Dagoberto José Fonseca	
1. Matrizes dos racismos: o biológico e o epistêmico	15
Julvan Moreira de Oliveira	
2. O racismo semântico-simbólico-cognitivo: “ciência” que fere e mata	37
Dagoberto José Fonseca	
3. Gíngua e <i>cool</i>, metáforas rítmicas da resiliência contracolonial: diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil	58
Julio Cesar de Tavares	
4. O genocídio em Ruanda e o discurso religioso: uma análise da obra <i>Nossa Senhora do Nilo</i>, de Scholastique Mukasonga	80
Antonio Carlos Lopes Petean	
5. Racismo institucional, Estado e direito	103
Isadora Brandão Araujo da Silva	
6. Racismo na saúde: tecnologia de controle sobre corpos racializados e genocídio da população negra	128
Rita Helena do Espírito Santo Borret, Denize Ornelas Pereira Salvador de Oliveira e Roseane Maria Corrêa	
7. Racismo xenofóbico em contextos contemporâneos de migração e refúgio	153
Julie Lourau e Mari Rosa Souza	
8. O negro e o verde em perigo: o racismo ambiental na catástrofe de Brumadinho (MG)	176
Rafael Alves Orsi, Juliano Costa Gonçalves, Érica Pugliesi e Maria Cristina Franceschini Chade	

Apresentação da coleção

A **Coleção África, presente! Negritude e luta antirracista** nasce do esforço sincero, do desprendimento e da humildade de intelectuais, estudiosos, pesquisadores e professores de diversas universidades e instituições de pesquisa científica e de ensino universitário do Brasil e do exterior. A meta é problematizar, ampliar, aprofundar, construir diálogos e produzir um maior conhecimento científico sobre séculos de história, contando para isso com autores oriundos de inúmeras e variadas comunidades étnicas e culturas presentes no Brasil e em outras regiões do planeta, especialmente no continente africano.

Inspirada na coleção História Geral da África, trabalhada desde 1964 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a presente coleção pretende ser um espaço de produção e divulgação do pensamento não hegemônico acerca de africanos, afro-brasileiros e indígenas, construindo assim novas categorias, outras metodologias, interpretações pioneiras, análises inéditas e conceitos autênticos da nossa realidade social.

Assim, visa legitimar o pensamento destituído de paradigmas, conceitos e metodologias euro-ocidentais e se contrapor a essas bases que tanto contribuíram para fomentar e aprofundar os racismos e suas vertentes mais funestas em todas as esferas da sociedade. É nosso objetivo também propiciar a reescrita da história dos povos escravizados — inclusive antes da chegada dos conquistadores europeus —, a fim de sistematizar os valores civilizatórios, as culturas e as formas de expressão dessa humanidade inegavelmente filha da África.

Problematizar o etnocentrismo presente na diversidade de instituições, teorias e métodos da ciência é um dos motes desta coleção, sobretudo porque boa parte do conhecimento que foi difundido e abrilhantou pessoas, instituições e agências do pensamento euro-ocidental foi aprisionada, sequestrada, pirateada, surrupiada e traficada, na maioria dos casos usurpada de forma violenta. Mais tarde, esse conhecimento se transformou em produtos patenteados em algumas poucas nações, autodenominadas desenvolvidas — as mesmas que vivenciaram por séculos a compra de corpos e de saberes de outros povos originários e de grupos etnoraciais presentes na América, na Ásia, na Oceania, na Europa eslava e, em especial, na África.

Dessa forma, os autores desta coleção, individual e coletivamente — cada um a seu modo, mas com rigor acadêmico e científico —, estão construindo cultural e politicamente uma crítica à razão euro-ocidental e abrindo um canal epistêmico para a sistematização de uma contra-hegemonia de base negra-indígena, questionadora da ciência brancocêntrica euro-americana-ocidental. Assim, trata-se de uma fortaleza dinâmica que se projeta contra os racismos embasada na ciência, com teorias sustentáveis, evidências e inferências legítimas e análises fidedignas.

É importante desfazermos erros e pseudoverdades científicas que foram construídos por séculos a fim de suprimir corpos, subjugar povos e escravizar mentes com base no uso de uma ciência cujo objetivo principal sempre foi manipular fatos em prol da hegemonia de um pequeno grupo de pessoas, quase sempre brancas. Em suma, aqui reunimos o trabalho de pesquisadores, cientistas e intelectuais de diversas áreas e nacionalidades que se dedicam a construir uma nova identidade coletiva pautada nos valores civilizatórios das negritudes antigas e novas, bem como nas lutas antirracistas que têm sido protagonistas no continente africano e nas inúmeras Áfricas que estão em tantos corpos e mentes mundo afora.

Das imemoriais pinturas rupestres aos antigos escritos decodificados em papiros, pergaminhos, paredes de rochas e cavernas, nas pedras — como no caso da Pedra de Rosetta —, e as publicações científicas atuais, impressas e digitais, revelam como o conhecimento científico produzido em vastas regiões do planeta nos leva ao legado africano para toda a humanidade de ontem, de hoje e de amanhã. Ainda assim, muitos são os que desconhecem essa realidade científica, sobretudo por não terem tido a oportunidade de aprender essa ver-

dade quando eram estudantes dos diversos níveis de ensino. Nem mesmo no continente africano crianças, jovens e adultos têm acesso a essas informações e a uma formação científica que forneça essa aprendizagem.

É importante salientar que se construiu ao longo de séculos uma invisibilidade e um silêncio sepulcral perante o conhecimento científico, tecnológico, cultural e filosófico africano. Tanto que as conquistas e contribuições de cientistas como Cheikh Anta Diop ainda são vistas como ousadas em pleno século XXI por apresentarem as ricas e vigorosas dinastias do Egito antigo — ou melhor, as civilizações que fizeram o grande império do Kemet florir em todo seu apogeu na África setentrional e que impactam até hoje o pensamento científico e filosófico contemporâneo, atingindo em cheio a Europa, a Ásia, a Oceania e a América.

Talvez uma das formas mais emblemáticas para superar esse desconhecimento abissal sobre a centralidade africana no conhecimento humano é justamente começarmos a repensar nossa condição social, psíquica e cultural de animal que fomos, somos e estamos, como já apontaram diversos cientistas — de Charles Darwin, com sua teoria da origem das espécies, em uma perspectiva evolucionista, a Edgar Morin, com seu método da complexidade. Há também os avanços científicos e a certeza dessa verdade insofismável que nos foi dada pelos resultados colhidos em definitivo pelo Projeto Genoma e tornados públicos pelos cientistas James D. Watson, Felipe Fernández-Armesto e Luigi Luca Cavalli-Sforza, entre outros, sobre nossa monogenia — isto é, nossa origem comum africana.

Dagoberto José Fonseca

Apresentação deste volume

O terceiro volume da **Coleção África Presente! Negritude e luta antirracista** oferece reflexões críticas, conceitos e concepções que sustentaram os racismos que aqui vão sendo desnudados e denunciados como o que de fato são: crimes imprescritíveis e de lesa-humanidade. Estes foram cometidos, sobretudo ao longo dos últimos seis séculos, por nações, governos e Estados, por instituições como as igrejas cristãs, por pessoas e academias pseudocientíficas euro-ocidentais e estadunidenses. O objetivo? Apoiar a ideologia de que havia um ser superior aos outros e que ele devia dominar, aprisionar, escravizar e até matar os denominados seres inferiores (selvagens, infiéis, incivilizados) em nome de interesses escusos, nada humanos.

Os racismos, neste volume, são apontados como crimes que foram e continuam a ser cometidos tendo a sustentação de ideias, visões de mundo e teses que vêm de diversos segmentos ou áreas dos saberes teológico, filosófico, político, econômico, tecnológico, sociológico, médico, jurídico, linguístico e antropológico. Logo, estão longe de ser ingênuos e descomprometidos; há uma base pseudocientífica que criou esse caldo de cultura criminal. A denúncia, aqui trazida para o leitor, permite-nos entender, compreender, analisar, interpretar e explicar o presente momento das relações etnoraciais não só no Brasil, mas também em outras regiões do mundo, como na Europa, na África e no norte da América, posto que os racismos aqui abordados incidem espe-

cialmente nas populações negras das diversas Áfricas, seja a continental, seja a que construiu outros continentes, nos quais hoje vive.

Assim, já no primeiro capítulo, Julvan Moreira de Oliveira aborda as matrizes biológicas e epistêmicas dos racismos, demonstrando como as filosofias europeias orientaram (e foram orientadas por) interesses econômicos, comerciais, sociais e políticos de seus grupos, classes e nações, traduzindo-se também em suas ações e bases culturais, éticas e morais, posto que o fundamento era o de se sobrepôr aos demais humanos existentes em outras regiões do planeta, sobretudo aos da África e aos da América, a partir do século XV. Para tanto, as ciências biológicas do século XIX foram utilizadas para avançar além do que as filosofias e as teologias dos séculos anteriores tinham estabelecido como premissas, a fim de colocar os brancos europeus em vantagem e superioridade em relação aos demais seres humanos.

No segundo capítulo, Dagoberto José Fonseca dialoga com Julvan Moreira de Oliveira e mostra como as teorias raciais elaboradas por homens brancos, majoritariamente europeus e situados nas elites econômicas, políticas e científicas do século XIX, atravessaram o século XX fazendo estragos colossais e ainda persistem no século XXI, violentando pessoas negras em diversas partes do mundo. O fato é que, embora não mais com a roupagem científica de antes, elas estão vivas em nossos dias: tornaram-se senso comum e até têm o peso de verdade para alguns grupos e classes sociais — as pessoas pensam, falam, fazem, sentem e até matam em função da ideia de que o outro (o negro, particularmente o jovem negro) pode morrer, pois é visto como inferior, perigoso e sem futuro. Em suma, o autor apresenta o racismo semântico-simbólico-cognitivo como parte de um sistema praticado à luz do dia em diversos lugares da sociedade brasileira.

No terceiro capítulo, Julio Cesar de Tavares nos apresenta outra leitura possível sobre o racismo enquanto sistema que é operado pelo conjunto complexo de redes e grupos sociais do poder político, econômico e cultural eminentemente branco, mas a que os negros dos Estados Unidos e do Brasil, na medida em que são conhecedores desse sistema de morte desde quando chegaram na condição de escravizados, constituem suas resistências, resiliências e práticas culturais que os mantêm vivos.

Antonio Carlos Lopes Petean é enfático ao demonstrar, no quarto capítulo, os horrores que o discurso racista produzido sob o manto religioso cristão

provoca em diversas regiões do mundo. Aqui, ele faz um aprofundamento crítico sobre duas realidades sociais e culturais, a sociedade ruandesa e a brasileira, a fim de provar que o racismo religioso, no século XX e ainda no século XXI, atenta contra um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à crença. Assim, o genocídio em Ruanda em 1994 e os discursos das igrejas neopentecostais no Brasil atual dão o mote da violência e dos crimes cometidos pelo cristianismo nos dias de hoje, como os que ocorreram na Idade Média europeia, ensinando inclusive a caça aos não cristãos.

No quinto capítulo, Isadora Brandão Araujo da Silva aborda o racismo institucional, com o objetivo de explicitar como o direito e o sistema de justiça no Brasil e nos Estados Unidos estão eivados de concepções advindas das teorias raciais do século XIX, as quais conquistaram o meio jurídico a partir das teses de teóricos, sociólogos, antropólogos e filósofos das ciências sociais que estavam construindo o arcabouço legal e jurisdicional brasileiro no contexto da República. Dessa maneira, a autora denuncia o racismo institucional que está presente no Estado e em seus agentes, bem como no direito — lócus de poder usado contra a população negra com naturalidade e normalidade.

Rita Helena do E. S. Borret, Denize Ornelas P. S. de Oliveira e Roseane Maria Corrêa elaboram, no sexto capítulo, o diagnóstico de uma medicina comprometida com a morte da população negra, sobretudo de mulheres negras e de seus filhos prestes a nascer ou já nascidos. Elas o fazem por meio de pesquisas sérias, coerentes e responsáveis com a saúde pública e com a população negra. Nesse sentido, provam que o racismo na medicina e na saúde não é somente institucional, mas também epistêmico, pois está inserido nas engrenagens da cultura da morte do outro, o inventado como inferior e menos humano do que brancos, homens, jovens, adultos, heterossexuais, escolarizados e pertencentes à elite econômica e intelectual do país.

No sétimo capítulo, Julie Lourau e Mari Rosa Souza trazem uma perspectiva do racismo xenofóbico, presente no Brasil e na Europa em todo o século XX e que persiste sobremaneira em nossa contemporaneidade, atingindo as populações negras dos continentes africano e americano e fomentando as mais diversas violências e violações de direitos humanos e sociais. As autoras explicam como as teorias raciais do século XIX ganham vida nos séculos XX e XXI, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, que propiciaram que diversos países africanos conquistassem sua independência,

mas também geraram muitos deslocamentos populacionais para a América e para a Europa. Assim, elas demonstram como as crises humanitárias, ocorridas tanto em decorrência das guerras quanto da emergência climática em nossos dias, têm aumentado a presença do racismo xenofóbico na Europa atual, violentando migrantes e refugiados.

Rafael A. Orsi, Juliano C. Gonçalves, Érica Pugliesi e Maria Cristina F. Chade escrevem, no oitavo capítulo, sobre o racismo ambiental no contexto da catástrofe de Brumadinho (MG), ocorrida em 2019. Os autores mostram que os grupos populacionais atingidos pelas catástrofes ambientais são os que se encontram mais vulnerabilizados pelas condições econômicas, sociais, políticas e geográficas da região. Constroem, assim, as bases para que verifiquemos que não são os acasos nem as fatalidades que estão por trás de tais acontecimentos seguidos de mortes, mas o racismo ambiental — como o ocorrido em Brumadinho, que vitimou direta ou indiretamente uma imensa maioria de negros, seja com a perda da vida, seja sofrendo com os rejeitos das empresas mineradoras.

O volume 3 da **Coleção África Presente! Negritude e luta antirracista** nos faz ver e rever — e sobretudo repensar — as dinâmicas e as diferentes formas pelas quais os racismos são praticados na sociedade atual. Algo em comum em suas práticas é o fato de eles serem a expressão sistêmica e orgânica de um momento da sociedade global em que grupos humanos, classes, segmentos, pessoas, nações, governos e Estados buscam expropriar, explorar, submeter, coagir e, mais do que isso, perseguir pessoas em função de seus traços fenotípicos, sua herança genética e sua melanina, mas também de sua cultura, sua ética, sua etnia e seus valores civilizatórios.

Em suma, este volume denuncia que os crimes hediondos, imprescritíveis e de lesa-humanidade, cometidos contra outras parcelas da mesma humanidade, continuam a sê-lo por grupos que têm características fenotípicas e perfis similares aos dos que cometeram e fizeram os escravismos modernos após o século XV — e que hoje se apresentam ao mundo como pessoas, nações, grupos, segmentos, corporações e instituições honestas, ilibadas, sérias e “de bem”, pois prezam por um “bem comum”: a morte do seu suposto diferente.

Dagoberto José Fonseca

1. Matrizes dos racismos: o biológico e o epistêmico

Julvan Moreira de Oliveira

As ideias filosóficas e científicas inevitavelmente recebem influências econômicas, sociais, políticas e culturais, ao mesmo tempo que as justificam. Este capítulo examina os fundamentos de uma dessas ideias: os racismos presentes nos paradigmas reducionistas.

Uma das formas de racismo foi concebida pelo determinismo biológico, teoria que explica os fenômenos sociais e comportamentais a partir da dimensão biológica das pessoas. Esse pensamento está associado a uma visão reducionista, pois explica fenômenos complexos, como os relacionados à cultura, com causas simples e muitas vezes consideradas “naturais”.

Segundo Almeida (2013, p. 74),

os conceitos de natureza e cultura são, por si só, bastante complexos, ainda mais quando abordados de maneira dicotômica, o que ocorre com predominância e frequência, ainda que não explicitamente. Tal dicotomia alude a pressupostos, serve a muitos propósitos e possibilita outros tantos desdobramentos, extravasando qualquer campo do saber, seja filosófico, antropológico, psicológico, sociológico ou biológico.

O determinismo biológico, por exemplo, foi frequentemente usado por seus defensores para reduzir o comportamento social a fatores como heredita-

riedade, genética mendeliana ou princípios da teoria da evolução por seleção natural. Essa interpretação particular da realidade foi fundamental, no século XIX, para justificar a dominação europeia sobre suas colônias em virtude de uma espécie de “superioridade inata”, atribuída tanto aos indivíduos quanto ao sistema político euro-ocidental para endossar várias formas de racismo.

A literatura especializada situa as origens do determinismo biológico no século XIX. A teoria da evolução levou a interpretações, como a de Spencer (1901), de que as teses darwinianas permitiam determinar uma lei, denominada por ele de “sobrevivência do mais apto”. Spencer aplicou essa lei às relações humanas, fundando o conhecido darwinismo social.

Pouco depois da morte de Darwin, Galton (1892), inspirado nas observações de Quetelet, propõe um projeto que, imitando o mecanismo da seleção natural, buscaria a perfeição do *Homo sapiens*. Assim, ele introduz a palavra “eugenia”, compreendida como a ciência que visa melhorar a linhagem humana, dando às raças mais aptas a chance de prevalecer rapidamente sobre as menos aptas.

Em 1900, Tschermak, Correns e Vries publicaram os resultados da pesquisa de Mendel, autor das que atualmente são conhecidas como “leis da hereditariedade”. Essa publicação impulsionou os projetos de eugenia, que se revestiram de um novo halo de cientificidade.

As obras de Galton tiveram grande impacto no cenário político de seu tempo, levando a fenômenos como a esterilização massiva de cidadãos considerados “inferiores”, promovida pelo governo dos Estados Unidos, e o surgimento de categorias como *Lebensunwertes Leben* (“vida indigna de ser vivida”), definida pelo nazista Fritz Lenz como “biologia aplicada”. O conceito de “vida indigna de ser vivida” permitiu ao nacional-socialismo avançar com um projeto de *Rassenhygiene* (“higiene racial”), que visava ao extermínio de indivíduos que pertenciam a “raças inferiores” (particularmente judeus, ciganos, negros, homossexuais e pessoas com deficiências físicas e mentais).

Dessa forma, apontamos para as características definidoras desse racismo marcado pelo determinismo biológico: em primeiro lugar, a defesa reducionista do comportamento humano e da vida em sociedade, considerando-os dependentes da biologia, em que supostas diferenças “naturais” entre os indivíduos são baseadas em princípios rígidos de sistemas de classificação, sendo a raça uma categoria central; em segundo lugar, outras raças são consideradas

“inferiores” à branca ou caucasiana; e, em terceiro lugar, a doutrina é apresentada como puramente racional, blindada contra as denúncias de ser uma mera expressão de preconceitos infundados ou associações espúrias.

A ideia supostamente racional da existência de raças com menor capacidade intelectual, inferiores culturalmente, foi uma justificativa recorrente para as políticas coloniais dos grandes impérios. Não queremos com isso cair num anacronismo com o conceito “determinismo biológico”, uma vez que o termo “biologia”, do qual o conceito deriva, só foi cunhado por Lamarck em 1809, ao propor a teoria evolutiva em seu livro *Filosofia zoológica*.

O projeto colonial de dominação teve como base a tese que recorria às características físicas dos indivíduos para explicar e justificar a natureza desigual das desigualdades entre as diversas culturas humanas, defendendo assim o intervencionismo dos poderes. Para entendermos como o determinismo biológico, por meio de suas premissas, legitimou e perpetuou as desigualdades sociais, é fundamental compreender os seus antecedentes na filosofia.

A lei da “sobrevivência do mais apto” foi formulada na segunda metade do século XIX, mas a ideia de que as relações sociais se reduzem a uma luta permanente pela sobrevivência surgiu bem antes, de mãos dadas com a ideologia burguesa.

Isso se manifestou nos primeiros tratados sobre o Estado, particularmente na obra de Hobbes (1997, p. 113) e em seu pensamento de que a existência humana é um *bellum omnium contra omnes* [uma guerra de todos contra todos], pois o “homem é o lobo do homem”, levando a um estado de relações humanas de competição, desconfiança mútua e desejo de glória.

O pensamento filosófico iluminista também justificou as relações sociais burguesas e sua articulação com os novos meios de produção. Se o sistema político da Idade Média impedia a mobilidade social dos indivíduos, o Iluminismo permitiria que as diferenças naturais entre eles se manifestassem à vontade, num Estado caracterizado pelo “*Laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même*” [deixai fazer, deixai ir, deixai passar, o mundo vai por si mesmo].

É nesse sentido que procuraremos analisar a interface da filosofia iluminista com o determinismo biológico moderno e suas influências sobre os racismos, especialmente o papel da escravidão no pensamento de Locke e seu impacto na dinâmica colonial, sobretudo no que concerne à classificação das